

MOÇÃO ESTRATÉGICA

O ALGARVE

A NOSSA RAZÃO DE SEMPRE

Miguel João Piseiro de Freitas

Federação do PS Algarve

UM PROJECTO DE MUDANÇA

PARA GANHAR O ALGARVE

RAZÕES DE UMA CANDIDATURA

Nos últimos anos temos vindo a concretizar um projecto de mudança para colocar a região nas principais rotas internacionais da economia, do conhecimento e da cultura. E podemos afirmar que o Algarve está no bom caminho. Fomos capazes de avançar e somos hoje um dos mais importantes pólos de desenvolvimento do país.

O Algarve é a nossa razão de sempre. E acreditamos ser uma boa razão.

Introduzimos na política regional uma nova visão, um discurso positivo e a ideia de projecto regional. E isso deu credibilidade à nossa acção.

A nossa visão é a de um "Algarve de Qualidade", em todas as suas vertentes, expressando-se em melhor investimento e mais qualidade de vida. Defendemos isso, com um discurso afirmativo, mas positivo, sem queixume nem azedume. A qualificação da região, a melhor preparação das pessoas, a coesão social e a inovação nas empresas são os desafios que enfrentamos. É aí que reside a nossa agenda para a mudança.

Podemos dizer que estamos a cumprir os nossos compromissos com o Algarve: o Hospital Central será uma nova realidade e teremos um curso de medicina, a barragem de Odelouca avança e o Polis modificará a nossa relação com a Ria Formosa, já foi concretizada a bacia de manobra do Porto de Portimão, a EN 125 sofrerá uma requalificação em toda a linha, sem introdução de portagens na Via do Infante, instalaram-se na região sedes do IPIMAR, do Centro de Investigação e Estudos Avançados do Turismo e da Direcção Regional das Florestas.

Uma nova visão, um discurso positivo e uma ideia de projecto regional. Resta avançar o novo modelo de governação, a reforma das instituições, rumo à regionalização. Teremos um referendo na próxima legislatura. É preciso preparar o terreno para o ganhar. Esta é a nossa maior convicção. Concretizá-la é o nosso principal objectivo.

O Partido terá de enfrentar desafios eleitorais muito difíceis. No próximo ano teremos eleições europeias, legislativas e autárquicas. E a ambição do PS é sempre a mesma: ganhar o Algarve.

Um Partido credível, com um projecto de mudança para ganhar o Algarve é, pois, a ideia que nos move nesta nossa candidatura.

UM PROJECTO DE MUDANÇA

O Algarve encontra-se numa fase decisiva do seu desenvolvimento, tendo de superar desafios e confirmar a sua integração no grupo das regiões mais desenvolvidas da Europa. O facto de ser, actualmente, uma das regiões com maior crescimento a nível nacional e um pólo importante no desenvolvimento do país não nos deve sossegar. Antes, deve constituir razão para afirmarmos um projecto de mudança para a região.

O momento é particularmente complexo, com uma crise mundial que não se deixará de reflectir numa economia muito dependente de fluxos externos e da capacidade de atrair investimento de qualidade, mas, também, da capacidade de mobilizar investimento público ou contratualizado para projectos estruturantes, numa altura de redução de fundos estruturais para a região.

Esse projecto de mudança deve, assim, responder aos desafios da competitividade, traduzidos numa economia mais sólida e robusta, em recursos humanos mais qualificados e em valores ambientais e do ordenamento do território que acrescentem valor à região. Mas deve corresponder, acima de tudo, a um novo modelo de governação: a regionalização.

O turismo continuará a ser o motor da economia regional. Mas é preciso prosseguir o esforço de qualificação e diversificação da oferta turística e criar novos nichos empresariais em domínios inovadores. Nesse sentido, é interessante a capacidade que a região tem tido para atrair melhor investimento e o facto de novas marcas mundiais procurarem aqui instalar-se em alguns sectores. Mas é necessário, também, apoiar as actividades tradicionais a adaptar-se às novas realidades do mercado.

Por outro lado, é indispensável aumentar o nível de qualificações que permita não só reforçar a capacidade de produção, como favorecer o empreendedorismo, facilitar a adaptação tecnológica da mão-de-obra e, fornecer níveis mais elevados de qualidade nos produtos e nos serviços.

É necessário aprofundar as parcerias intermunicipais para criar redes urbanas que permitam esbater fronteiras, definir políticas e funções numa perspectiva de complementaridade, partilhar equipamentos estruturantes enquanto pólos de desenvolvimento e agilizar modelos de gestão conjunta.

Finalmente, é preciso compreender o fenómeno de desertificação de uma parte do nosso território para se encontrarem soluções que passam por criar melhores condições para o tornar mais atraente ao investimento e encontrar projectos que aglomerem actividades competitivas à escala regional e nacional.

Sabemos que haverá uma redução dos fundos comunitários para o Algarve. Isso obriga-nos a ser selectivos e rigorosos. Os fundos devem ser orientados para estas prioridades: economia e apoio às pme's, qualificação de recursos humanos, redes urbanas e correcção de assimetrias.

Os projectos estruturantes estão a avançar (Hospital Central, EN 125, POLIS da Ria Formosa e Odelouca). Está, também, avançar o programa para a Rede Urbana do Algarve Central. Além disso, há uma aposta na qualificação com o programa Novas Oportunidades e na formação de alto nível em dois eixos fundamentais da região: o Centro de Investigação e Altos Estudos do Turismo e o curso de Medicina. Estes são projectos para mais do que uma legislatura. E não podemos ser irrealistas. Os recursos são escassos e a concretização destes projectos, sem alteração de calendário, é a nossa principal responsabilidade.

Depois de dois anos parada, com denúncia de contrato e um processo muito complicado em Bruxelas por razões de ordem ambiental, foi possível lançar um novo concurso para a **Barragem de Odelouca** e avançar com a obra em 2006. Odelouca estará pronta em 2010 e a fornecer água ao Algarve, tal como previsto.

O **Hospital Central do Algarve**, a construir no complexo do Parque das Cidades, entre Faro e Loulé, representa um investimento total de 250 milhões de euros, dos quais 190 milhões são destinados à construção e equipamentos gerais. O concurso foi lançado no dia 2 de Maio, o contrato para a construção, equipamento e manutenção do futuro Hospital terá um prazo de 30 anos, enquanto o de fornecimento e gestão dos serviços complementares de apoio terá a duração de dez anos. A adjudicação da obra está prevista para o final do próximo ano e a entrada em funcionamento em 2013.

O Governo **reconheceu a requalificação da EN 125** como prioritária, para *"resolver problemas de sinistralidade rodoviária, através da melhoria das suas condições de circulação, mas também da sua integração paisagística a par do ordenamento urbano da envolvente"*. Esta abordagem integrada é inovadora, intervindo na via e nas zonas imediatamente contíguas. E tem um efeito qualificador na região. O processo está em concurso. A adjudicação do contrato será feito até final do ano e no próximo ano já haverá obras no terreno.

O **Polis Litoral Ria Formosa** é a primeira operação integrada de requalificação da orla costeira no Algarve, abrange 48 km de frente costeira ao longo dos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e V. R. S. António e envolve um investimento na ordem dos 87,5 milhões de euros que será executado no período de 2008 a 2012. Com este programa serão desenvolvidas diversas acções para introduzir medidas correctivas de erosão e defesa costeira – renaturalização, reestruturação e requalificação nos ilhotes e nas ilhas barreira; transposição de barras; recuperação lagunar e dunar; intervenções de

requalificação na interface ribeirinha; requalificação de infra-estruturas portuárias e áreas adjacentes; estudos e planos que valorizem a mobilidade e o ordenamento de circulação na Ria, potenciam as actividades económicas dependentes dos seus recursos e a visitação e promoção do território.

No âmbito da nova política de Cidades foi preparado um **Programa Estratégico para o Algarve Central**, abrangendo as Cidades de Faro, Loulé, Olhão, S. Brás de Alportel e Tavira, e enquadrando um conjunto de projectos e acções a desenvolver em parceria entre entidades públicas, associações empresariais e de desenvolvimento e empresas. Aqueles projectos e acções (cujo investimento global ascende a 14.7 milhões de euros), inscrevem-se numa perspectiva de valorização dos activos do território e de contribuição para a afirmação competitiva da região e encontram-se repartidos pelos domínios da dinamização empresarial (Parques empresariais e Centros urbanos), eficiência dos serviços públicos, gestão em rede de equipamentos e iniciativas culturais, oferta de serviços turísticos criativos e mobilidade urbana. Terá execução efectiva entre 2009 e 2012. Eis um bom exemplo de articulação intermunicipal.

Algumas instituições inseridas no sector do turismo criaram recentemente um Instituto de formação avançada e de investigação aplicada, inseridos no **HMI - Hospitality Management Institute** para apoiar a qualificação e o desenvolvimento daquele sector. Como é conhecido, as instituições e empresas do Algarve tiveram um papel central nesse processo, designadamente amadurecendo, num primeiro momento, a ideia de um Centro de Altos Estudos. Empresas de Portimão, Universidade do Algarve e a Câmara Municipal daquela cidade foram os catalisadores desta iniciativa. Trata-se, agora, de desenvolver o projecto e de dotar o Algarve com um conjunto de iniciativas que projectem a região na área da formação avançada, com especial incidência nos quadros superiores da hotelaria, dos *resorts* e da animação e nos Directores de Hotel. Este sector ocupa, no Algarve, mais de 70.000 activos, o que revela bem a sua dimensão relativa. As linhas de formação estabelecidas pelo HMI beneficiam desde já das parcerias estabelecidas com a Central Florida University e com a École Hotelière de Lausanne. A Câmara Municipal de Portimão pretende recuperar o Convento de São Francisco, na zona ribeirinha de Portimão, para instalar o HMI.

A criação do **Curso de Medicina na Universidade do Algarve** constituiu uma pedrada no charco no panorama da formação médica no nosso país. A organização dos cursos de Medicina não sofreram grandes alterações nos últimos trinta a quarenta anos, pelo que um Curso inovador, como o que foi preparado nos últimos três anos pela Universidade do Algarve e aprovado em Julho passado pelo Governo, marca a diferença, evolui pela qualidade e sustenta-se num processo interno de aprendizagem contínua e tutelada. A Universidade do Algarve desenvolve esforços no sentido de avançar com este curso no próximo ano.

Continuar este movimento de mudança é o essencial da nossa acção. Mas devemos assumir para a região um plano integrado de mobilidade e transportes, uma aposta nas políticas do mar, um programa dedicado à Costa Vicentina, um programa florestal para a Serra Algarvia e uma aposta nas energias alternativas.

Agora, é necessário, acima de tudo, organizar, ordenar e projectar a região como referência internacional. E dar-lhe um novo modelo de governação.

As políticas de ordenamento do território devem orientar o investimento, criar condições de aglomeração às actividades económicas e trazer novos equilíbrios regionais. O PROT Algarve já entrou em execução, estão a ser implementados os POOC's, a rede da conservação da natureza sofreu alterações com a implementação da Rede Natura 2000 e dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e foi aprovado o Plano Regional de Ordenamento Florestal.

Iniciar-se-á a elaboração de uma **nova geração de PDM's**. Temos defendido que essa nova geração de PDM's tenha um cariz intermunicipal. O ordenamento e a gestão do território devem, cada vez mais, ter uma perspectiva estratégica e ser um exercício coordenado.

Com a nova legislação em matéria de associativismo municipal abre-se a **oportunidade para se discutir o papel da AMAL** com todas as forças vivas da região. Queremos envolver todos os agentes activos nesta reflexão, no sentido de que esta "nova instituição" possa corresponder, não apenas aos objectivos das autarquias, mas, também, a uma nova realidade. O PS deverá definir uma estratégia que permita dar à AMAL, a partir das próximas eleições autárquicas, o papel que lhe deve caber no quadro de uma nova institucionalidade para a região.

Para o Algarve, foi possível encontrar uma solução que permite expressar a sua especificidade, com a possibilidade de criação de uma comunidade intermunicipal de âmbito regional, com reforço de competências, equivalente às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Sem recorrer a equívocos, como no passado, em que foi preciso recorrer a uma solução política que não se ajustava ao Algarve.

Mas este é, principalmente, o momento para discutirmos um novo modelo de governação: **a regionalização**.

Um roteiro para a Regionalização

A regionalização é um instrumento institucional para melhorar, dar mais transparência e maior responsabilidade na gestão dos territórios. E estabilizar um quadro de referência de competências. Não é, pois, um fim em si mesmo.

A regionalização traz um novo tipo de governação, onde se acentua a proximidade e a participação dos cidadãos. Uma governação com rosto, mais eficaz e mais racional. Isso exige uma reorganização profunda da administração regional que reduza organismos e cargos dirigentes e permita uma correcta gestão dos recursos humanos e financeiros. Melhor organização, rapidez e proximidade na decisão e melhor gestão, eis, desde logo, os ganhos da regionalização.

O PS tem **um roteiro para a regionalização**: (1) reorganizar os serviços desconcentrados em cinco regiões, porque é o mapa que defendemos para o referendo; (2) rever a lei do Associativismo Municipal, para reordenar os municípios de acordo com as fronteiras das regiões-plano; (3) criar um quadro de competências a descentralizar para os diferentes níveis de autarquias; (4) realizar um referendo. Esse roteiro está a ser concretizado.

A nova lei de associativismo intermunicipal é um passo importante a caminho da regionalização. Acabando com o livre arbítrio na geometria associativa, que estilhaçou o país em duas dezenas de associações, comunidades urbanas e grandes áreas metropolitanas, resolve o problema das fronteiras, delimitando a geografia de aglomeração dos municípios com base nas cinco regiões-plano e clarifica designações e conceitos.

Não temos dúvidas que a regionalização é compatível com um associativismo intermunicipal forte e com a existência das áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Estarão em causa diferenças nos modelos de legitimação dos diversos órgãos e a segregação de competências que só a regionalização estabilizará. A seu tempo essa clarificação se fará. Agora é preciso passar à acção.

O Partido Socialista deverá assumir no seu programa eleitoral a defesa de um novo modelo de governação regional. A nossa principal tarefa é criar condições para avançar com o referendo na próxima legislatura, preparando o terreno para o ganhar.

Existem um conjunto de condições que têm de estar reunidas para ganhar o referendo: (1) haver um forte consenso partidário; (2) ter um discurso moderado e claro, que não assuste as pessoas, quanto às reais competências, órgãos e financiamento da regionalização; (3) conseguir uma convergência quanto ao mapa para que não se crie nova entropia em torno das fronteiras das regiões.

1ª Geração de políticas regionais

Queremos a regionalização para dar escala às políticas, melhorar a gestão e estabilizar as competências a nível regional. A qualificação dos recursos humanos, a política de solos e ordenamento do território, a política do mar e gestão dos recursos costeiros, de mobilidade e transportes, de gestão da água e da energia, de tecnologia e inovação e de promoção cultural, só têm dimensão, carácter estratégico e expressão internacional se equacionadas e geridas a nível regional. É aí que a regionalização deve actuar prioritariamente.

• Um projecto educativo regional

A primeira aposta de uma região deve ser na qualificação das pessoas. Do ensino básico ao universitário, da formação profissional de activos à formação empresarial. Autarquias com projecto escola, universidade com um ensino mais flexível e mais exigente, escolas profissionais, nomeadamente de hotelaria e turismo, concedendo níveis de formação mais elevados em articulação com instituições internacionais, empresas abertas à qualificação e uma consciência colectiva para a aprendizagem ao longo da vida, é aquilo que precisamos.

É preciso um “**Projecto Educativo Regional**”, a partir de um conjunto de prioridades em torno das quais se devem mobilizar todos os agentes. Foi essa uma das principais conclusões do Conselho Consultivo do PS Algarve.

Para este projecto educativo regional foram definidas **oito áreas estratégicas de qualificação** que deveriam ser alvo de elaboração de planos de acção: Turismo, Saúde, Ambiente, Mar, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Acção Social, Serviço às Empresas e Inovação e Cultura, Património e Artes.

Foram definidos **cinco objectivos prioritários** para o “Projecto Educativo”:
(1) promover a dignificação social da educação/qualificação; (2) definir prioridades educativas a nível municipal em conjugação com as prioridades regionais; (3) articular e adequar a oferta formativa; (4) incrementar a qualificação dos activos; (5) melhorar a qualidade do sucesso educativo.

Enquanto a regionalização não avança, deveria ser criado um **Conselho Regional para a Educação e Qualificação**, articulando Direcção Regional de Educação, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto de Formação Turística, Instituições de Ensino Superior do Algarve e outros agentes que participam no processo educativo e formativo (Associações de Municípios e Freguesias, Associações de Pais, Associações de Estudantes, Associações Empresariais, Sindicatos...).

• Uma política activa de gestão de solos

No Algarve, um dos problemas com que a administração se depara é o acesso a solo adequadamente localizado para desenvolver políticas urbanas. Este estrangulamento dá origem ao sub-equipamento e à dispersão urbana, geradora de segregação social, descaracterização da paisagem, consumo excessivo de energia e desperdício de recursos financeiros gerados pela comunidade, que fica sem capacidade para competir no mercado de solos e satisfazer as necessidades sociais.

Temos defendido uma nova lei de solos, baseada no conceito da função social da propriedade e nos princípios da livre iniciativa para a actividade urbanizadora, submetida a condições de concorrência, igualdade e transparência, sem prejuízo da possibilidade de dar preferência aos proprietários dos solos, durante um período de tempo considerado razoável, para cumprirem o dever de executar a programação do planeamento municipal.

Para a gestão da política de solos, nomeadamente, nos domínios das áreas logística, dos transportes e do desenvolvimento de actividades económicas, bem como da habitação social, propomos a criação de uma **Agência de Solos Regional**. Este organismo deveria apoiar os municípios na implementação de políticas de solos que combatam a retenção especulativa do solo urbanizável, propiciando uma intervenção pública que garanta a concorrência e impeça situações de monopólio.

Uma nova política de solos, fundada em novos princípios e um modelo de gestão regional, permitirá melhorar a eficácia das políticas, nomeadamente:

- (1) Promover o **equilíbrio territorial** e evitar que as cidades integradas no mesmo sistema urbano compitam umas contra as outras, numa lógica ultrapassada de que "dimensão é poder";
- (2) Implementar uma **política social de habitação** que satisfaça as necessidades concretas de sectores sociais com maiores problemas de acesso a uma habitação condigna (jovens, vítimas da violência de género, deficientes, etc.);
- (3) Dar carácter estratégico e promover a **aglomeração das actividades económicas** em torno de áreas logísticas e projectos estruturantes, nomeadamente, os Núcleos de Desenvolvimento Turístico e os Núcleos de Desenvolvimento Económico.

A regionalização promoverá uma maior articulação interurbana e concorrerá para a implementação de projectos estruturantes de forma equilibrada no território e será mais eficiente na promoção da coesão social das cidades.

• Um modelo integrado de transportes públicos

É preciso um modelo de transportes públicos para o Algarve, sendo claro que a questão da mobilidade interna e as ligações a Andaluzia, em planos distintos, constituem as matérias mais controversas do ponto de vista técnico e financeiro. Mas, também, o transporte marítimo de mercadorias e as áreas logísticas e os sistemas intermodais devem merecer a melhor atenção.

Sabemos que um sistema de transportes públicos colectivos (pessoas e mercadorias) para ser atractivo, terá de ser rápido, seguro, cómodo e de custo competitivo face à utilização do automóvel. Mas deve, também, responder à preocupante ameaça do aumento do aquecimento global e aos custos ambientais que suportamos e que irão agravar-se no futuro.

A nível local verifica-se a contratualização de serviços de transporte de passageiros rodoviário – casos de Lagos, Portimão, Albufeira, Loulé, Faro e Tavira. Outros Municípios deverão prosseguir esta tendência, dependendo a dimensão da rede da capacidade de suportar um dado volume de défice.

Esta preocupação deverá ser complementada com a introdução de Planos de Mobilidade Urbana que contribuam para a melhoria da qualidade de vida nas Sedes dos Concelhos, incidindo, particularmente, na criação de zonas pedonais, vias cicláveis e parques dissuasores (periféricos).

Os cidadãos de mobilidade reduzida deverão merecer uma atenção especial: criação de percursos sem obstáculos, passadeiras elevadas e preparação e lancis de modo a facilitar o acesso às paragens da rede de transportes. A existência de rampas para aceso aos autocarros já é obrigatória.

A nível interurbano é necessário redefinir o serviço de transporte de passageiros de modo a conferir-lhe melhor qualidade, quer do ponto de vista das frequências, quer da cobertura espacial e horária. Alguma forma de contratualização poderia ser introduzida para regular aqueles factores.

O transporte interurbano deve, desde logo, dar resposta às bacias de emprego mais relevantes da região, (Loulé/Faro/S.B.Alportel/Olhão e Lagos/Portimão/Lagoa/Silves), já que o encarecimento dos preços da energia levará ao encarecimento das deslocações pendulares casa-trabalho em viatura individual.

Ora, esta deve ser a prioridade em matéria de transportes públicos. E quais são as soluções? Um transporte rodoviário interurbano, mais barato, mais flexível e mais próximo das pessoas, ou um transporte em carril, ligeiro, mais rápido e mais cómodo, mas mais longe dos locais de emprego?

O facto de existir apenas um Operador de Transporte de Passageiros é prejudicial para uma oferta de qualidade e com preços adequada. A oferta, a este nível, proporcionada pelo modo ferroviário é praticamente insignificante e de má qualidade.

Quanto ao troço em torno de Faro, dada a proximidade de Loulé (actualmente não é servida pela ferrovia), Olhão e Tavira e atendendo à existência do aeroporto e dos Pólos Universitários, há uma procura potencial que permita considerar um modo ferroviário tipo "metro ligeiro".

Quanto aos troços Tunes-Lagos e Faro-Vila Real o actual serviço ferroviário para lá de não apresentar mínimos de qualidade na generalidade dos factores, não consegue captar passageiros pelo afastamento aos centros das cidades. É preciso abrir a discussão em torno de sistemas alternativos de transportes.

A nível inter-regional a discussão deve centrar-se no modo ferroviário e nos sistemas intermodais.

No que diz respeito ao transporte ferroviário, atendendo à existência do serviço Porto/Lisboa/Faro e às melhorias de que a infra-estrutura e os veículos têm sido alvo, a questão é saber como reduzir o tempo de viagem, quer melhorando as infra-estruturas, quer melhorando a sinalização. Há uma outra dimensão importante, o transporte ferroviário de mercadorias e o seu relacionamento com os portos e as áreas logísticas. Todas estas matérias merecem aprofundamento e clareza nas opções.

Nesta perspectiva, importaria desenvolver dois eixos de actuação:

- Tendo por base a política de ordenamento para a região (principais interacções entre os centros, bacias de emprego, equipamentos estruturantes a serem lançados, etc.), identificar de forma operacional os eixos que justificam a manutenção, livre de outros usos, de canais de comunicação compatíveis com os modos de transporte públicos que vierem, numa fase posterior, a revelar-se como os mais adequados.
- Integrar a dimensão das relações internacionais na definição das políticas a médio prazo, já que embora a ligação a Espanha/Huelva não esteja no horizonte imediato, haverá aqui, pelo menos, que manter o canal livre de outras ocupações.

Uma política de transportes que potencie o transporte público e os sistemas de transporte intermodal, exige capacidade de decisão e, portanto, maiores competências sobre tráfego, portos, aeroportos e obras públicas viárias, numa escala territorial que ultrapassa o âmbito territorial do município. Só a regionalização pode dar dimensão a uma política de mobilidade e transportes para o Algarve e melhorar o seu sistema de gestão.

• Uma aposta estratégica na relação com o mar

Há duas ideias que perpassam quer a Estratégia Nacional para o Mar, quer as novas orientações sobre a Política Marítima Europeia. É preciso integrar iniciativas e adaptar as orientações aos territórios concretos. Estas duas ideias, da transversalidade da política marítima e da subsidiariedade da sua aplicação, são essenciais para a concretização dos grandes objectivos de política regional.

É preciso uma visão global para garantir o cruzamento de conhecimentos das várias áreas, para assegurar uma gestão sustentável dos recursos, para melhorar a segurança, defesa e vigilância, para combater as actividades ilícitas e permitir ganhar mais competitividade nas actividades desenvolvidas.

Por outro lado, uma política marítima só pode ser eficaz se compreender a evolução concreta dos territórios, se conhecer bem a evolução dos recursos e se for capaz de comprometer os agentes locais. Dinamizar a economia do mar salvaguardando os recursos e maximizar a qualidade de vida nas regiões costeiras são os grandes objectivos da política marítima.

Como dar expressão regional a estes objectivos parece ser o nosso desafio.

Numa economia fortemente dependente do sol e do mar, a prioridade deverá ser dada à área do ordenamento do território nas zonas costeiras. A pressão a que o litoral tem estado submetido, associado ao facto de ser aqui possível testar modalidades de intervenção mais ajustadas, dá relevância aos Planos e projectos em curso. A intervenção no **Polis da Ria Formosa** poderá vir a constituir uma experiência a transferir para outras zonas da orla costeira.

As áreas portuárias devem ser pólos de grande atractividade, integrantes da cidade e usufruídas pelos seus cidadãos. Os municípios têm aí um papel fundamental. A nova abordagem do IPTM de um modelo de gestão em parceria com os municípios, parece ter enormes virtuosidades. Já foram assinados protocolos com Alcoutim, VRSA, Tavira, Olhão, Faro, Portimão e Lagos.

Por outro lado, a economia do mar, desde logo a pesca e a aquacultura, requer apoio às pequenas e médias empresas, dado o seu peso significativo na estrutura empresarial e no emprego. Existem aqui novas oportunidades na região, mas é preciso não esquecer as actividades tradicionais.

Em matéria de infraestruturas, este ano vão avançar os portos de pesca de Quarteira e de Albufeira, de Cabanas e de Santa Luzia. Consideramos, ainda, urgente o porto de pesca da Fuzeta e a requalificação do porto de pesca da Baleeira. Pela sua importância e pela degradação progressiva que se está a verificar, é fundamental reordenar e modernizar o porto de pesca de Olhão.

Mas, também, vai avançar a marina de Ferragudo, que em conjunto com as existentes em Vilamoura, Portimão, Lagos e Albufeira, nos colocam no mapa da oferta internacional de marinas. A construção da Doca Exterior de Faro deverá ser uma prioridade, bem como o alargamento e requalificação do recreio náutico em Vila Real de Santo António, Tavira e Olhão.

Pela sua importância estratégica para a região teremos de destacar os portos de Portimão e Faro, nas vertentes comercial e cruzeiros. A área do Porto Comercial de Faro reveste-se de grande importância para a cidade e a região, pela potencialidade que apresenta para a náutica de recreio, actividade esta que é complementada pela actividade comercial.

O **Porto de Portimão** é estruturante a nível regional afirmando-se nas valências de Comércio, Cruzeiros, e Terminal Ro-ro. A vertente Cruzeiros tem tido ao longo dos últimos 5 anos uma procura crescente. Teve início em Junho de 2008 a ligação semanal através de ferry Portimão-Funchal-Canárias para o transporte de pessoas, viaturas e algum tipo de mercadorias roladas.

Terminaram este ano os trabalhos de **dragagem do canal e bacia de acesso do Arade** que serve em especial o cais de comércio e turismo, cujo objectivo foi o de poder receber navios até 210 metros de comprimento. Essencial será aproveitar dois enormes potenciais que a região possui, assegurando a sua navegabilidade. Trata-se do **rio Guadiana e do rio Arade**.

Nas actividades emergentes, é preciso conhecer bem as nossas potencialidades na produção de energia off-shore.

Dinamizar a economia do mar salvaguardando os recursos requer informação científica sólida que contribua para a identificação e avaliação do meio marinho, para a definição medidas e de estratégias de uso ou exploração do oceano.

A instalação da sede no **IPIMAR no Algarve** é, neste quadro, uma decisão histórica. Com uma Universidade onde a investigação nas Ciências do Mar tem uma grande proeminência e um Laboratório do Estado para testar e demonstrar as melhores práticas, o Algarve pode vir a ser considerado um **Centro de Referência Europeu nas Ciências do Mar**. A integração dos centros de investigação do Algarve na criação de uma infra-estrutura de I&D europeia, integrada na rede europeia de infra-estruturas de investigação científica, daria suporte ao trabalho científico desenvolvido pelas diversas instituições que, na Europa e fora dela, se dedicam à problemática do Mar.

Esta linha de desenvolvimento regional deverá apontar para a criação de um **Pólo de Competitividade (PCT) ou de um Cluster nesta área**, associando instituições de I&D, organismos públicos, empresas e associações, em forte articulação com outras regiões, particularmente do Mediterrâneo.

Em suma, haverá que projectar o que no âmbito da investigação e desenvolvimento se faz no Algarve (Universidade e IPIMAR), multiplicar as relações com outros laboratórios e instituições, formalizar redes europeias de infra-estruturas, beneficiar dos mecanismos que o QREN põe à disposição dos aglomerados de instituições-empresas e qualificar as diversas intervenções que no Algarve reflectem uma grande proximidade com o Mar.

Finalmente, propõe-se reivindicar o património e reafirmar a identidade marítima de Portugal no contexto europeu e mundial. A criação do **Museu dos Descobrimentos e a concretização do Centro Oceanográfico de Sagres** são dois elementos essenciais para a afirmação da nossa identidade regional e para projectar o Algarve na Europa e no Mundo.

Sagres é elemento de referência e pontua na memória colectiva da humanidade. E a situação actual da Fortaleza de Sagres é, no mínimo, embaraçosa: em processo de crescente degradação está a perder a sua capacidade de atracção. Mas o que podemos dizer é que nada se fez, até hoje, em Sagres à altura das potencialidades do local, onde condições naturais únicas alimentam e potenciam um mito poderoso e persistente.

É necessário, pois, uma intervenção na Fortaleza de Sagres, dirigida verdadeiramente à **Epopeia dos Descobrimentos**, primeira etapa da globalização, tema hoje omnipresente, dando às viagens portuguesas uma actualidade particular.

As potencialidades da temática dos Descobrimentos não se limitam obviamente à Fortaleza de Sagres. O programa de investimentos deve ter em conta os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos em Lagos, nomeadamente: Centro de Ciência Viva em fase de instalação; projecto do Fórum dos Descobrimentos, articulação com a caravela "residente", etc. Monumentos como a igreja de Guadalupe recentemente restaurada e situada na ciclovia do Algarve, ou mesmo a casa atribuída ao Infante na Raposeira, devem, igualmente, ter o seu lugar num programa mais vasto de animação conjunto das áreas adjacentes.

Mas as potencialidades da zona Sagres/Cabo de S. Vicente não se esgotam nos Descobrimentos. Para além dos valores paisagísticos e ambientais, refira-se, a temática do "Sacro Promontório" e a crença de fim do mundo a ele associado; os traços abundantes de megalitismo com épocas mais recuadas; o forte da Arrifana que permite a ligação à herança árabe.

Alguns destes projectos e acções deverão avançar já. Mas a visão estratégica e uma verdadeira aposta no mar e na política marítima para o Algarve, passa pela regionalização, porque permite a assumpção clara de uma das heranças culturais e patrimoniais mais significativa da região.

• Uma política eficiente de água e de energia

Na região do Algarve, pelo seu dinamismo demográfico e pela sua importância turística, a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade, é um tema particularmente sensível. Tanto no que respeita à qualidade da água para consumo humano, como ao saneamento básico e tratamento de águas residuais e, ainda, à recolha selectiva e tratamento de resíduos sólidos há que visar o que de melhor se faz na Europa, criando uma imagem de qualidade.

A questão central é a de garantir que os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, da região sejam suficientes para satisfazer as necessidades de consumo humano e as necessidades actuais e futuras das actividades económicas, em particular da agricultura e do turismo.

Neste contexto, a rápida conclusão da **Barragem de Odelouca** deverá garantir a água na região para responder às necessidades entre 60 a 70 milhões de hectolitros/ano, o que resolve o problema para os próximos anos.

Mas devemos ter em conta que a população residente na região continua a crescer, que os investimentos nas diversas actividades económicas obrigarão a um maior consumo, que o esforço que a região tem de fazer para qualificar e diversificar a aposta turística será mais exigente em matéria do uso da água.

Duas questões são essenciais: definir uma política de **eficiência no uso e consumo da água** e equacionar novas opções em matéria de infraestruturas, regressando sempre às ideias da Barragem da Foupã ou a ligação do Alqueva ao Beliche via Guadiana.

A definição de uma política de água e de infraestruturas para a região não pode ficar dependente da acção da empresa Águas do Algarve. É evidente que esta empresa pública tem um papel importante na execução e gestão da obra e do recurso. Mas é preciso uma política regional, que apoie os municípios e as empresas públicas a definir prioridades, a articular políticas, nomeadamente, os tarifários e a melhorar a eficiência dos sistemas de abastecimento, em alta e em baixa (onde uma % elevada que entra no sistema ainda é desperdício).

No domínio das energias renováveis, a região não aproveita um enorme potencial que a natureza pôs à sua disposição, nem intervém nalguns sectores recuperando resíduos, óleos e outros subprodutos passíveis de serem aproveitados na produção de energia. Tardam a aparecer as iniciativas para a concretização de **Centrais de Biomassa e Solar Térmica** na região e mesmo a capacidade de geração de energia eólica está subaproveitada. Por outro lado, a produção de energia em offshore parece ter também boas perspectivas que é preciso avaliar.

Por outro lado, a política de eficiência energética tem de ser integrada nas políticas urbanas e nas políticas económicas, sendo necessários incentivos e capacidade de gerar soluções inovadoras que permitam aos municípios e às empresas uma acção orientada nesse sentido.

Em suma, para que se possa desenvolver políticas da água e de energia no sentido de poder encontrar formas de auto-provisionamento regional, com uma lógica de sustentação e eficiência, que apoie municípios e empresas, é necessário avançar com a regionalização.

• **Uma política de inovação e desenvolvimento tecnológico**

O desenvolvimento de actividades com alto valor acrescentado na região passa por se conseguirem economias de rede empresarial e parcerias estratégicas entre as empresas e os centros de inovação, com a Universidade do Algarve que tem já hoje um enorme potencial instalado de I&DT.

O **Centro Regional para a Inovação do Algarve**, embrião do futuro Pólo Tecnológico e do Centro de Inovação e de Desenvolvimento de Olhão, nasceu em 2003, fruto de uma parceria entre a Universidade do Algarve, a CCDR Algarve, a ANJE Algarve e o NERA, para responder à necessidade de aproximar investigação e empresas e criar um clima regional aberto à inovação.

Os objectivos desta entidade de interface é estimular o empreendedorismo baseado na tecnologia e conhecimento, com a incubação empresas, promover a transferência de tecnologia, apoiar a propriedade industrial (criação do Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial, onde já se geraram 11 processos de patentes nacionais e 1 patente internacional e 277 sinais distintivos de comércio) e ajudar a concretizar novos espaços de ciência e tecnologia.

O futuro **Pólo Tecnológico do Algarve** irá desempenhar funções logísticas e criação de um ambiente inovador, acolhendo unidades de I&D e empresas especializadas nos domínios da biotecnologia, biomedicina, sistemas inteligentes, energias renováveis e agro-alimentar. A afirmação desta organização passa por atrair insígnias/marcas fortes para a região.

Também está em fase de concretização o **Centro de Inovação e Desenvolvimento de Olhão**, para acolhimento de empresas de base tecnológica, particularmente no domínio das ciências do mar, potenciando, assim, a instalação do IPIMAR neste concelho.

Portanto, também nesta matéria o que é preciso é ser capaz de articular iniciativas, complementar a criação de pólos tecnológicos com núcleos de desenvolvimento económico nos diversos concelhos. E isso só é possível com uma política regional devidamente legitimada.

• Uma política de promoção cultural

A valorização da identidade regional, num contexto de globalização e de massificação cultural, implica que se reforcem linhas de afirmação identitária e que se encontre um novo modelo de desenvolvimento cultural do Algarve, que seja competitivo, no sentido de se impor tanto no contexto nacional como no contexto internacional e também no sentido de posicionar as pessoas no centro das preocupações das políticas económicas e sociais.

Portanto, devemos equacionar a cultura como um activo de desenvolvimento regional, que complementa as outras intervenções sectoriais e contribui para a consecução do grande desígnio da regionalização que inspira esta moção.

Facilitar e generalizar o acesso à cultura e fomentar a criação artística e literária são, assim, factores determinantes de qualidade de vida, de valorização pessoal e social, de prevenção e redução de fenómenos de exclusão. Tanto mais que no Algarve as actividades culturais têm perspectivas de crescimento, de criação de riqueza e de emprego que importa aproveitar – designadamente, através do **turismo cultural** que constitui um sector com grande potencial de crescimento e, por isso, também um elemento estruturante capaz de contribuir para a redução das assimetrias regionais.

Neste quadro, destacam-se dois eixos fundamentais no quadro da futura região administrativa do Algarve: **a valorização do património histórico e cultural do Algarve e promoção o acesso aos bens culturais.**

É que constituindo o turismo o principal factor de desenvolvimento económico, e reconhecendo-se-lhe, ainda, fortes potencialidades de crescimento, há que apostar no alargamento da oferta turística com base em novos produtos que utilizem recursos diferenciados e originais, como sejam a História, o património, as tradições culturais, as gastronomias.

Esta aposta no turismo cultural trará valor acrescentado a vários níveis: desde logo, na preservação, valorização e usufruto social da herança patrimonial; depois, na criação de riqueza e emprego em toda a cadeia de valor circundante ao turismo cultural (hotelaria, restauração, animação, operadores turísticos e de transportes, publicidade, reordenamento urbano, conservação e restauro, produção de espectáculos, exposições, etc.); finalmente, importa considerar que uma aposta no turismo cultural corresponde a exigências crescentes de fluxos turísticos cada vez mais exigentes que procuram a singularidade dos lugares e o usufruto do património.

Há duas medidas que parecem essenciais: recuperar e animar os sítios históricos e culturais do Algarve e promover e ampliar a Rede Regional de Museus, em que se deverá integrar a valência de Arte Contemporânea em Faro.

Por outro lado, a **promoção do acesso aos bens culturais**. Trata-se aqui de promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura, como meio de qualificação dos nossos cidadãos e veículo de coesão social e participação cívica.

Por isso, a nível de intervenção das políticas públicas, é preciso uma opção por acções estruturantes, visando assegurar os equipamentos, os recursos humanos e os programas necessários ao alargamento de uma oferta cultural qualificada na região e, logo, as possibilidades de acesso aos bens culturais e artísticos a um número crescente de cidadãos, residentes e visitantes.

Este eixo liga-se, naturalmente, ao anterior, desde logo porque a cultura passa a constituir, também, um vector potencial de desenvolvimento em sectores económicos e em actividades profissionais inovadoras, como sejam as ligadas às indústrias de conteúdos, as associadas ao campo do espectáculo, do audiovisual e multimédia, às artes plásticas, ao restauro e conservação do património arquitectónico.

Parece evidente o valor acrescentado para a região de uma actividade cultural aberta e mais acessível.

Desde logo, porque alargando-se a acessibilidade cultural diversifica-se a oferta e, amplia-se, também, o horizonte de possibilidades de fruição cultural, tanto para os residentes como para os visitantes, com efeitos directos sobre a valorização cultural e educativa de uns e outros.

Mas, também, porque o alargamento do mercado cultural é potenciador do aparecimento de indústrias e serviços económicos subsidiários, por exemplo, da realização de espectáculos e, logo, criador de mais emprego.

Finalmente, porque numa região como o Algarve, a possibilidade de se oferecer uma programação cultural regular de espectáculos de teatro, música, dança, etc. constituirá, seguramente, um factor de atractividade e um instrumento de marketing e de projecção de uma imagem cosmopolita e moderna da região, contribuindo para o aumento da nossa competitividade face a outros destinos turísticos concorrentes.

A consecução dos objectivos atrás enunciados poderá ser efectuada através da **criação de uma Rede de Teatros e Recintos Culturais do Algarve**, capaz de promover uma programação de espectáculos regular e concertada, capaz de traduzir a ideia de uma polis cultural à escala da região, aproveitando o exemplo do modelo em desenvolvimento na candidatura do Algarve Central para a Rede de Cidades para a Competitividade e a Inovação (Faro, Loulé, Olhão, S. Brás e Tavira).

Uma aposta na qualificação, emprego e integração

O Algarve tem actualmente uma população de cerca 421.528 indivíduos, sendo, de acordo com dados publicados pelo INE (2007), a região do país que registou um maior crescimento efectivo populacional. Esta dinâmica demográfica, para a qual contribuiu um elevado número de estrangeiros que aqui fixou residência, tem sido mais acentuada nos últimos anos, tendo 28% da população menos de 24 anos, 52% entre 25 e 64 anos e 20% mais de 64 anos.

Um dos maiores desafios que se coloca ao **definir estratégias para a educação**, no Algarve, está relacionado com este crescimento da população.

A existência de alguma desadequação da **formação às necessidades do mercado de trabalho** é também um constrangimento que se identifica, sendo necessário trabalhar em articulação com os diferentes parceiros sociais.

Além disso, é preciso dar respostas aos indivíduos de outras nacionalidades, que escolheram o Algarve para residirem e a quem urge integrar socialmente. A escola tem aqui uma grande responsabilidade. Mas também a formação e a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego. O Algarve tem de continuar a ser uma região de "bom acolhimento". O presente e o futuro da região passa pela capacidade de conviver com este "caldo cultural" que dá ao Algarve uma projecção internacional e um certo cosmopolitismo. **A multiculturalidade é uma marca de progresso e desenvolvimento.**

Nos últimos anos tem sido realizado um esforço sério e empenhado para enfrentar estes desafios.

Desenvolveu-se o Plano de Requalificação das escolas do ensino básico do 1º Ciclo e Pré-escolar que construiu dezanove novos centros escolares e ampliou e requalificou as Bibliotecas, os refeitórios e as salas de 52 escolas já existentes. Iniciou-se um percurso de negociação com as autarquias de todo o Algarve e **foi realizada a transferência de competências para metade dos municípios da região.**

Com o Plano de Requalificação das escolas e a transferência de competências para as autarquias pretende-se oferecer condições cada vez mais adequadas às novas exigências educativas.

Nos 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário verificou-se um crescimento acentuado da população escolar, já que, em 2003, frequentavam as escolas da região um total de 33.676 alunos e, em 2007, o número de alunos foi 35.932. Nestes níveis de ensino foram construídas cinco escolas novas e ampliadas mais cinco.

A oferta de cursos profissionais e de cursos de Educação e Formação aumentou exponencialmente ultrapassando as expectativas, passando a estar disponível em todas as escolas básicas e secundárias da região.

A Educação dos Adultos tem sido outra aposta já iniciada. Os **Centros Novas Oportunidades e os cursos EFA** têm vindo a desenvolver-se nos últimos três anos. O alargamento da rede, além de entidades privadas, em muitas escolas públicas abrangendo actualmente todo o Algarve, foi um passo positivo. Este esforço realizado deverá ser continuado e complementado nos próximos anos.

Se bem que tanto o insucesso escolar, como o abandono escolar tenham vindo a decrescer, pretendemos que até 2013 passem a não ter qualquer significado nesta região. Esta meta é extensiva ao Ensino Secundário que representará um nível de ensino a ser frequentado por todos os alunos.

Pretende-se que no 1º ciclo a **"Escola a Tempo Inteiro"** seja uma realidade para todas as crianças do Algarve fazendo com que a sua frequência atinja percentagens muito próximas dos 100 %. Para esta realidade, é fundamental o envolvimento da comunidade escolar e a concretização dos Centros Escolares.

Todas as escolas dos 2º e 3º ciclos e do Ensino Secundário serão apetrechadas com **tecnologias de informação e comunicação** de forma a permitir aprendizagens mais motivantes e acesso rápido às diferentes fontes de informação. Esta aposta, com as devidas adaptações, irá gradualmente abranger os alunos do 1º ciclo.

Até 2013, 50 % dos alunos do Algarve estarão a frequentar cursos profissionalizantes no Ensino Secundário o que representa, neste momento, uma meta já atingida em várias escolas. Outro objectivo é de que a oferta de formação profissional se adapte rapidamente ao mercado de emprego.

Um dos propósitos que se pretende atingir é o da construção de um **Ensino Artístico** adequado à realidade do Algarve. A organização desta oferta será feita a partir de dois pólos estruturantes, um em Faro e outro em Portimão.

Pretende-se suplantar a ideia de uma oferta em quantidade e atingir uma qualidade de excelência nos cursos direccionados para o prosseguimento de estudos, aumentando o número de alunos que ingressam no ensino superior.

A integração de todos os que vieram de outros países passa por uma consciência clara do valor da dimensão linguística. A oferta da disciplina de Português como segunda língua, reforçando a aprendizagem da língua portuguesa, aparece como factor que contribui para a integração e envolvimento na comunidade. É fundamental a disseminação de cursos de língua Portuguesa para estrangeiros por todos os concelhos do Algarve.

Relativamente à **Educação e Formação de Adultos** a oferta terá que disponibilizar qualificação profissionalizante para toda a população. Os cursos deverão ser distribuídos pelos níveis básicos e secundário e por toda a região, e os Centros de Novas Oportunidades têm de atingir objectivos mais ambiciosos.

A reorganização das actividades no seio das empresas deve ser, por sua vez, geradora de oportunidades de requalificação dos activos empregados, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida que assegure um maior aproveitamento das capacidades e competências dos trabalhadores. Esta requalificação/reconversão profissional de activos empregados deve representar um contributo decisivo para melhorar a qualidade do emprego.

Uma das principais preocupações deve ser o **emprego jovem**. É preciso lançar programas com o objectivo de assegurar aos jovens com particulares dificuldades em iniciar a sua vida profissional um percurso de transição para a vida activa, mais tranquilo e enriquecedor, sem a angústia do desemprego. Dever-se-á proporcionar aos jovens sem experiência de trabalho e sem o 12º ano de escolaridade, percursos de alternância formação-inserção, assentes na sua responsabilização individual, assim como num apoio financeiro e em modalidades de acompanhamento e enquadramento adequadas e flexíveis.

Ao nível do Ensino Superior, a Universidade do Algarve e as Universidades privadas deverão continuar a desempenhar um papel central e de intervenção activa, ao nível da preparação de quadros qualificados que a região tem absorvido em bom ritmo, como também deverá manter o nível de desenvolvimento das suas equipas de investigação, aprofundando os domínios para os quais dispõe de competências, garantindo a transferência de conhecimento para as empresas e as instituições e reforçando os seus laços de cooperação com instituições europeias e internacionais.

No domínio do turismo, deve-se assegurar uma formação básica de qualidade, a ser desenvolvida pelas Escolas de Hotelaria e Turismo de Faro, Portimão e VRSA, com uma certificação agora garantida pela Escola Hoteleira de Lausanne. A formação de nível universitário continuará a ser garantido pela Universidade do Algarve, nos pólos de Faro e Portimão. Finalmente, é preciso agora consolidar o Centro de Investigação e Altos Estudos do Turismo (HMI), a instalar em Portimão, dirigido para quadros superiores no activo, em parceria com a Universidade da Florida. Esta poderá vir a constituir uma marca do Algarve na formação turística a nível mundial.

Finalmente, o curso de Medicina, deverá merecer uma atenção especial, pelo impulso que representa em matéria de ensino e investigação na área das ciências da vida, mas também, pelo que representa para uma região turística, que deve garantir qualidade em todos os seus serviços e, muito particularmente, na saúde.

Uma economia regional sólida e robusta

O turismo é o motor de desenvolvimento da nossa região, pelo que representa e pelo potencial que possui, não só para o Algarve mas também para todo o país. O turismo continua a ser uma aposta importante da região. Mas um turismo que valorize e se valorize com a qualidade ambiental da região, que internalize maior valor acrescentado, que seja mais exigente em conhecimento e qualificação profissional, mais integrador de outras actividades económicas e mais equilibrado territorialmente.

Num passado recente, as actuações das diversas entidades com competência em matéria de turismo incidiram mais sobre a procura turística. Actualmente importa congregar esforços no sentido de **reforçar a qualidade da oferta turística** de forma a satisfazer uma procura cada vez mais exigente.

Nesse sentido, é importante a concretização dos projectos estruturantes que estão em marcha na região, em diversas áreas, como a saúde, a rede viária, a requalificação urbana e da zonas costeiras, entre outras, os quais são necessários para atingir a qualidade e a excelência do destino.

Além disso, vão-se conhecendo as intenções de investimento no sector a nível regional, quer ao nível dos empreendimentos hoteleiros, como nas outras actividades turísticas e na animação, o que corresponde a uma enorme capacidade de atracção, tanto de capitais estrangeiros como nacionais, para a consolidação de uma oferta cada vez mais qualificada e mais diversificada.

Os PIN introduziram uma nova cultura de relação entre a administração e as empresas, havendo em, marcha 11 projectos, com um investimento no valor de 1500 milhões de euros e um potencial de criação de 6000 postos de trabalho.

Mesmo assim, seria importante que os PIN pudessem contribuir, por um lado, para corrigir assimetrias regionais, dando-se prioridade a projectos para o interior e zonas periféricas do Algarve e entre Sotavento e Barlavento e, por outro lado, para responder, também, a projectos de requalificação turística. Há a ideia de que se estão a criar novos empreendimentos turísticos, sem nenhum efeito de substituição e sem requalificar a oferta existente.

O golf tem já um lugar especial pelo que representa na economia regional (15% da receita turística) e pelo dinamismo que continua a demonstrar (1.081.597 voltas em 2007, registados em 29 campos) e no combate à sazonalidade. Mas, também, pela mensagem de qualidade que transmite da região. A realização de um "Master" na região (visto por 24 000 pessoas no campo e 320 milhões de telespectadores em todo o mundo) projecta o Algarve como destino de golf, mas, também, como um destino turístico de qualidade.

É preciso prosseguir com este esforço de qualificação da oferta turística, nomeadamente, pela diversificação dos nichos de mercado (turismo náutico, cultural, ambiental...) e pelo enriquecimento do cluster com outras actividades.

Porque valorizar também implica dinamizar, deverão ser realizados **eventos ao longo de todo o ano**, como factor de atracção do destino (e não tanto como complemento), contribuindo para uma atenuação da sazonalidade da procura. O programa ALLGARVE deve ser sucessivamente alargado por períodos para além do verão, sendo importante que na sua programação se encontrem alguns elementos diferenciadores que permitam afirmar uma marca regional (que vai para lá de bons espectáculos que realmente este programa tem promovido).

O papel preponderante que se confere ao turismo regional não significa que deva ter o exclusivo das actividades económicas regionais. Importa, até como condição de sustentabilidade a prazo da região e do próprio turismo, não deixar de incentivar outros sectores económicos com relevância e possibilidades de êxito, como sejam a agricultura, as pescas, alguns segmentos industriais, a construção civil, o comércio e outros serviços.

É preciso **apoiar as pequenas e médias empresas**, esse enorme pulmão da economia regional, onde o principal problema, neste momento, é o défice de circulação de dinheiro que permita investir, quer por via de fundos de apoio, quer através de melhores condições de acesso ao capital, quer pelo diferencial dos prazos de pagamento das empresas e às empresas.

O Algarve vai dispor de 350 milhões de euros para apoio às empresas. Este novo quadro constitui uma oportunidade, desde que as verbas sejam bem utilizadas. E o critério dimensão não deve prevalecer, porque deixa de fora das elegibilidades muitas PME que se querem modernizar, melhorar a gestão e inovar.

Existe a forte convicção de que se devem aproveitar os fundos para **estruturar espaços e actividades e fortalecer a organização empresarial**. Os apoios devem, acima de tudo, permitir organizar espaços empresariais, seja através de investimentos em urbanismo comercial, seja em zonas logísticas ou parques industriais, seja em zonas de intervenção florestal ou em planos de acção local para as zonas pesqueiras.

No que se refere à indústria, construção, comércio e outros serviços há que fomentar a instalação de empresas inovadoras na região, devendo-se para o efeito promover espaços competitivos, devidamente infra-estruturados, que possibilite que a região concorra com localizações alternativas. A região terá de dispor de Áreas de Localização Empresarial e de espaços para organização de Feiras de dimensão nacional e internacional.

A estratégia a adoptar para **o sector da agricultura da região** deverá assegurar as condições para que as pequenas empresas consigam encontrar soluções economicamente viáveis. Nesse sentido, a estreita ligação da agricultura com o desenvolvimento do sector agro-alimentar permite aumentar o rendimento dos agricultores, possibilitando-lhes um escoamento mais estável das produções. Embora a ligação à indústria e à investigação não sejam factores únicos para o desenvolvimento agrícola da região, terão de constituir a estratégia primária para que os novos produtos/novas tecnologias sirvam de motor impulsionador à agricultura tradicional e gerem mecanismos indutores do associativismo entre produtores e do estabelecimento de redes de troca de experiências de sucesso.

Para a **actividade da pesca regional**, a natureza multi-específica dos recursos sujeitos a exploração requer uma abordagem integrada das diferentes vertentes, desde a biologia e dinâmica das populações exploradas, até às alternativas de ordenamento e de gestão pesqueira. Nesta abordagem a interface com o novo conhecimento e as novas tecnologias serão determinantes para a manutenção economicamente viável da actividade. Em simultâneo, a actividade resultante da exploração do sal marinho terá de permanecer uma prioridade regional, dada a sua penetração do produto no mercado externo.

A aquacultura extensiva, da qual faz parte a cultura de marisco, tem repercussões positivas sobre a economia e o emprego regional. A competitividade internacional do sector da aquacultura, sendo um sector em plena expansão, impõe exigências de preço e de qualidade, bem como de respeito pelo ambiente. Com esse intuito novas actividades de investigação e desenvolvimento deverão ser estimuladas, para, ao introduzir novos conhecimentos e novas tecnologias, se consiga obter produtos de melhor qualidade, diversificando as espécies oferecidas e minimizando impactos ambientais resultantes da exploração aquícola.

Mas a principal aposta deve ser criar uma **dinâmica geradora de novas empresas de base tecnológica e intensivas em conhecimento**. Para isso torna-se necessário divulgar junto das empresas os resultados da investigação produzidos dentro da Universidade, possibilitando-lhes uma plena absorção dos desenvolvimentos tecnológicos ocorridos.

A Universidade tem hoje um conjunto de domínios de excelência que é preciso potenciar, apoiando a sua actividade de investigação, mas, acima de tudo, criando condições para a criação de centros tecnológicos que permitam estabelecer redes com centros mais avançados do mundo.

Uma região saudável e solidária

O Algarve apresenta um conjunto de características que o diferenciam do resto do país e que se repercutem no domínio da saúde.

O Algarve teve um forte crescimento demográfico nos últimos quinze anos, resultante de um saldo migratório positivo, apresentando nos últimos seis anos, de 2002 a 2007, um acréscimo populacional de 35.372 pessoas e, uma novidade, tendo saldos naturais positivos nos últimos quatro anos, 2004-2007. A região caracteriza-se por: uma elevada presença de cidadãos estrangeiros legalizados, mais de 50.000 segundo o SEF; um elevado índice de envelhecimento da população autóctone, com 20% da população acima dos 65 anos, em especial as freguesias do interior; aumento sustentado dos nascimentos entre 1996 e 2007, passando de 3.690 a 4.892; aumento do número de nascimentos de mães estrangeiras, passando de 5% em 2000 para 21% em 2007; concentração da população na faixa litoral.

Tendo como **principais problemas de saúde**: as doenças do cérebro e cardiovasculares; o cancro; a infecção pelo VIH; a Diabetes; os problemas de saúde mental e os acidentes rodoviários. O Algarve deve ainda ter particular atenção à saúde materno-infantil, tendo em conta a situação social, económica e no trabalho de centenas de mulheres migrantes, de forma a manter os actuais valores das taxas de mortalidade infantil.

Numa região que tem como principal actividade económica o Turismo, recebendo milhares de turistas nacionais e estrangeiros, atingindo no período de Julho a Setembro mais de 1,5 milhões de pessoas, tem-se verificado um crescimento assinalável do rendimento per-capita, fazendo com que a região seja a segunda do país. No entanto, a região mostra, ainda, uma baixa capacidade de retenção de rendimento, sendo o factor trabalho o principal meio de subsistência da população residente e apresentando 25% das famílias com valores de rendimento inferior ao limiar de pobreza.

Nestas circunstâncias a Saúde e os serviços de saúde assumem um papel primordial para o desenvolvimento e qualificação das pessoas e da região.

Ao longo dos últimos três anos **cumprimos todos os compromissos incluídos** no programa com que nos candidatámos: avançar com o Hospital Central do Algarve; apoiar a criação do curso de Medicina; proporcionar apoio real aos idosos através da criação da Rede Nacional de Cuidados Continuados; melhorar a acessibilidade aos Centros de Saúde reestruturados em Unidades de Saúde Familiar; construir e pôr a funcionar a Unidade de Desabilitação do Algarve; Implementar as vias verdes para o AVC, Enfarte Agudo do Miocárdio; reorganizar toda a rede de urgência/emergência; pôr a funcionar o Centro de Medicina Reabilitação do Sul.

Para além destes compromissos, fomos ainda capazes de requalificar o Hospital de Faro, passando-o de Distrital a Central para efeitos de financiamento, transformando-o em Entidade Pública Empresarial.

Podíamos, ainda, enumerar muitos outros objectivos, concretizados nestes últimos anos, e conseguidos pelo empenhamento de todos os profissionais de saúde dos serviços públicos de saúde e dos dirigentes regionais, como: o início do Rastreio do Cancro da Mama em Setembro de 2005, premiado em 2008 com o prémio nacional, Hospital do Futuro, na categoria parcerias; o plano de acesso às consultas e cirurgias de oftalmologia; a redução da mortalidade por enfarte agudo do miocárdio de 10% para 6%; a abertura da unidade de cirurgia do ambulatório do Hospital de Faro ou a classificação do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio como Hospital Amigo dos Bebés.

Temos, agora, mais responsabilidades para aprofundarmos e melhorarmos de uma forma continuidade a obra iniciada: reorganizando os actuais Centros de Saúde em Agrupamentos e continuando a melhorar a acessibilidade aos cuidados de proximidade; incentivando e apoiando a criação de mais Unidades de Saúde Familiar; aumentando a oferta de cuidados continuados em equipas cuidados domiciliários e em camas de internamento em particular no segmento da longa duração e manutenção; continuando a desenvolver a rede pré-hospitalar de emergência, criando mais ambulâncias Suporte Imediato de Vida e de Suporte Básico de Vida; continuando a modernizar e a qualificar as unidades hospitalares do Barlavento e de Faro, apostando em melhorais de gestão e de acessibilidade às consultas e cirurgias.

Nos próximos anos continuaremos a ter como prioridades o reforço da **Escola como Promotora de Saúde**, aprofundando o trabalho de cooperação entre a saúde e a educação, o promovendo parcerias com municípios e Organizações não Governamentais no sentido de ter uma "Região Saudável".

Acima de tudo teremos nos próximos anos como primeira prioridade e compromisso, dotar o Algarve com mais recursos humanos em saúde, em particular na área médica, enfrentando o previsível crescimento do número de aposentações e o crescimento contínuo da população da região.

Vencido este constrangimento, dotando a região de recursos humanos adequados, com a construção do novo Hospital Central do Algarve e o início do funcionamento do **Curso de Medicina**, o Algarve estará pronto para assumir um novo papel no panorama nacional e internacional, colocando-se numa posição favorável para o desenvolvimento da Investigação e Desenvolvimento nas áreas das ciências biomédicas e das ciências da saúde em torno de serviços públicos de excelência, tornando-se atractivo para o desenvolvimento do Turismo de Saúde.

Uma das prioridades do Governo do PS tem sido a área da solidariedade social, como factor de promoção da cidadania e da inclusão dos cidadãos, aumentando os níveis de respostas atempadas e adequadas às necessidades dos algarvios, traduzido num retomar do investimento e numa maior eficácia na acção.

Importa, desde logo, garantir que a extrema pobreza no Algarve seja combatida, tanto ao nível dos idosos como dos restantes estratos da população.

O objectivo principal foi a consolidação de **um sistema de segurança social público**, dando garantias aos cidadãos da sua sustentabilidade financeira, de forma a poder cumprir os seus compromissos actuais e futuros, possibilitando a concretização das novas políticas sociais, com diferenciação positiva, ou seja, dando apoios a quem mais precisa.

Em termos de compromissos eleitorais com que nos apresentámos aos Algarvios em 2005, concretizámos ou estamos a concretizar todas as medidas com que nos comprometemos. Na verdade, em termos de pagamento de prestações substitutivas de rendimento, essas prestações estão a ser pagas no **prazo máximo de 30 dias em todas as situações**, uma vez que não é admissível que uma pessoa que se veja privada do rendimento (doença ou desemprego) fique mais tempo sem receber os respectivos subsídios. Esta medida de gestão tem implicações profundas nas famílias mais necessitadas. Este pagamento atempado em 30 dias verificou-se no Algarve em todas as prestações sociais.

Por outro lado, o governo lançou novas prestações sociais, com efeitos concretos nos cidadãos. A implementação do subsídio pré-natal para as mulheres grávidas a partir da 13ª semana de gestação, a majoração do abono de família com um aumento substancial nos 1º e 2º escalões do mesmo e a implementação do CSI (Complemento Solidário para Idosos), que já abrange 6300 idosos no Algarve, veio permitir que as famílias algarvias tivessem um aumento significativo nos seus rendimentos disponíveis.

O **Complemento Solidário para Idosos**, medida implementada a partir de 2006 para os idosos com rendimentos abaixo dos 400€ mensais, pagável em 12 mensalidades, beneficia, neste momento, 6500 pessoas. Pretende-se atingir este ano 10000 idosos a receber complemento, de forma que no fim da legislatura, todos os idosos em condições de auferir o CSI o possam receber.

Esta lógica de combate permanente à pobreza deve igualmente ser aplicada na atribuição do **Rendimento Social de Inserção**, como medida de inserção social dos grupos mais desfavorecidos, atribuídos a quem efectivamente necessita da prestação e realize planos de inserção social contratualizados.

Em todo este esforço reconhece-se o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Misericórdias Portuguesas, pois só um trabalho em rede, com parcerias que dialogam, inovam, e resolvem os problemas que vão surgindo, pode ser eficaz ao serviço daqueles que mais precisam. Elas são agentes fundamentais para a intervenção social que importa apoiar, tanto ao nível técnico como financeiro, apoiando as iniciativas que a sociedade civil, desta forma organizada, pretende realizar.

Por outro lado, assumimos um compromisso de aumentar **a rede de creches**, uma vez que nos dias de hoje as famílias devem ter apoios para que possa aumentar a taxa de natalidade e por outro lado para a conciliação da vida familiar com a vida profissional. Tínhamos um compromisso de **aumentar a taxa de creche no Algarve em 50% e** podemos dizer que até ao fim da legislatura iremos cumprir.

Na verdade, no âmbito do Programa PARES foram aprovadas 25 novas creches e no âmbito do POEFDS mais 8, o que perfaz um total de 33 novas creches no Algarve ou 1500 novos lugares em creche criados, a maioria já em construção ou com concursos lançados. Significa que o objectivo de aumento de 50% em lugares em creche será cumprido e que **o Algarve será a 1ª região do país a atingir uma taxa de cobertura de 33% em creche, atingindo o compromisso de Barcelona.**

Como prioridades, além do combate à pobreza, a principal referência para uma "Região Solidária", é preciso continuar a pugnar pelo pagamento em menos de 30 dias as prestações sociais e reforçar o Serviço de Apoio Domiciliário, como forma de apoio da Segurança Social para com quem mais precisa de cuidados, em sua casa e próximo da sua comunidade de residência. Além disso, reforçar as respostas sociais na área dos idosos, com mais equipamentos de Lares de Idosos, cujas carências são conhecidas de todos e continuar a reforçar as Unidade de Cuidados Continuados, em articulação da Segurança Social e a Administração Regional de Saúde.

Quanto aos equipamentos sociais aprovados no PARES ou no POEFDS o objectivo é cumprir estritamente o calendário, isto é, que estejam concluídos em 2009 ou no 1º trimestre de 2010, para que as famílias algarvias tenham apoios a nível familiar para confiar os seus filhos em segurança.

Finalmente, é nosso objectivo avançar com mais equipamentos para pessoas com deficiência, nomeadamente, Lares Residenciais e Centros de Actividade Ocupacional.

Vamos continuar a defender uma Segurança Social Pública, Forte, Sustentável e para Todos como forma de construir uma "Região Solidária".

Um desenvolvimento equilibrado e sustentável

É fundamental uma política activa de revitalização dos espaços rurais, que permita defender a renovação dos pequenos aglomerados urbanos, qualificando o património edificado e os espaços públicos, reforçando a rede de equipamentos sociais e educativos, promovendo redes de animação que dinamizem estruturas culturais e científicas e que associem serviços à colectividade, mobilizando todos os parceiros locais.

É nossa convicção, no entanto, que a revitalização do mundo rural algarvio depende da capacidade de dinamizar a economia local, através de actividades que aproveitem os recursos territoriais e que incorporem inovação nos processos produtivos e de comercialização, maximizando os benefícios para as produções tradicionais. O turismo tem um papel fundamental a desempenhar também nestes territórios.

Defendemos a criação de planos integrados de desenvolvimento e revitalização do **Guadiana e do Arade**, que permita tornar estes dois rios navegáveis, que permita qualificar e estruturar as suas margens e que permita promover a criação de condições para a dinamização de actividades económicas e de lazer ligadas ao rio.

Por outro lado, é essencial avançar com um **programa dedicado à Costa Vicentina**. Terá de constituir um instrumento político e financeiro, capaz de potenciar não só novas oportunidades de vida, mas também corresponder à expectativa das populações, consagrando progresso, desenvolvimento e modernidade, sempre em perfeita harmonia com a realidade física, os valores ambientais em presença e o equilíbrio dos ecossistemas. A requalificação da rede urbana, em interface com o pólo de Lagos e Portimão, a requalificação/ordenamento de praias e frentes de mar, a rede de infraestruturização resultante do plano de requalificação do Vale da Telha, a potenciação da forte vocação turística, ligada ao ambiente, à cultura e ao mar, são elementos essenciais deste programa. Mas, além do aspecto físico, a aposta deve ser na criação de dinâmicas sociais, culturais, empresariais e outras capazes de revitalizar, desenvolver e promover o tecido associativo e empresarial.

A concretização do **Bioparque da Serra de Monchique, a Rota da Cortiça na Serra do Caldeirão e as Terras do Infante na Costa Vicentina** podem constituir elementos de referência importante para a criação de um conjunto de projectos estruturantes e actividades económicas que muito podem contribuir para o desenvolvimento do interior.

Temos a consciência que uma estratégia para o Desenvolvimento Rural sustentável da região deverá ter em conta a multifuncionalidade desse espaço rural conjugando a protecção ambiental dos seus ecossistemas (1/3 do território está inserido em áreas de protecção especial, parques naturais e Rede Natura 2000), com formas de exploração racionais, equilibradas e sustentáveis, como a agro-silvo-pastorícia, a transformação artesanal dos seus produtos, a exploração cinegética, o turismo de natureza e o turismo em espaço rural.

Mas acreditamos que é possível fixar projectos estruturantes com uma escala ajustável nas áreas de baixa densidade se houver políticas de planeamento e ordenamento, de gestão de solos e de simplificação de procedimentos que promovam a deslocalização do litoral para o interior.

No Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) 2007-2013, abre-se a possibilidade de avançar com **Intervenções Territoriais Integradas** (ITI), onde se insere já a Costa Sudoeste, prevendo-se um alargamento a outros territórios Natura2000, após a elaboração dos respectivos programas de gestão.

A próxima intervenção, a operacionalizar em 2008, incidirá sobre a área da Serra de Monchique. Outras duas ITI's na Serra do Caldeirão e Barrocal e para a zona do Guadiana poderão vir a ser implementadas. A concretizar-se este desiderato, a região Algarve disporá, praticamente, de uma cobertura integral, ao nível deste instrumento de apoio da rede Natura 2000, localizada nas áreas de baixa densidade.

Com estas ITIs pretende-se promover a implementação de um plano de desenvolvimento, de carácter integrado e sustentável, para um conjunto de territórios rurais que se encontram subordinados a condicionalismos especiais, associados à protecção da biodiversidade, tendo, no entanto, presente que nele existem recursos endógenos que interessa potenciar e populações a quem têm de ser dadas adequadas perspectivas de melhoria da qualidade de vida.

Uma das prioridades é a definição de **um Plano Regional para as Florestas**. Com a aprovação do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve) ficaram definidos os princípios básicos para a gestão das explorações florestais na definição das normas regionais de silvicultura a integrar nos Planos de Gestão Florestal (PGF's) que determinam as diferentes e mais adequadas aptidões ecológicas e reflectam os princípios de uso múltiplo, da utilização social, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentado da floresta.

Definir e implementar opções estratégicas eficazes para a floresta na região obriga a considerar um cruzamento de interesses, relações de complementaridade entre sectores de actividade, tendo em atenção o quadro de apoios existentes nos diferentes instrumentos de política (de qualquer forma ajustáveis no tempo), a área muito significativa do território incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, a necessidade de articulação com os planos regionais e locais de ordenamento e desenvolvimento do território, a realidade sócio-económica da região, nomeadamente, as questões de desertificação humana do interior e a importância do turismo.

Considerando as particularidades da região, as linhas estratégicas de um Plano Regional para as Florestas deveriam ser definidas a três níveis:

(1) Garantir uma **gestão profissional** dos espaços florestais através da dinamização de **Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's)**, através do apoio às entidades associativas ou gestoras desses espaços, como forma de promover: a) a diversificação integrada de actividades ligadas aos espaços florestais (turismo, cinegética, pesca, pastorícia e outros produtos não lenhosos), apoiando planos de gestão multifuncional; b) consolidar a floresta, promovendo a gestão activa dos povoamentos na área de produção lenhosa; c) a gestão estratégica de combustíveis florestais e infraestruturar os espaços florestais na óptica da defesa da floresta contra incêndios de modo a diminuir o risco de incêndio; d) criar condições para mercado de bens e serviços múltiplos, apoiando iniciativas inovadoras para produtos novos; e) a priorização da consolidação da área florestal existente em detrimento de novas arborizações

(2) Forte **sensibilização** da sociedade civil para as particularidades da floresta regional, com ênfase nos **bens ambientais** que esta produz, nomeadamente: a) protecção das áreas costeiras; b) conservação do regime hídrico em áreas de cabeceiras de bacias hidrográficas; c) conservação do solo e da água em áreas susceptíveis a processos de desertificação; d) conservação da biodiversidade nas áreas classificadas; e) sumidouro de carbono, etc.

(3) **Racionalização e simplificação dos instrumentos de política**, a actuação dos serviços públicos (orgânica), a legislação e os instrumentos de planeamento (estes devem ser vertidos para os Planos Directores Municipais) do sector florestal, devem ser do conhecimento de todos os agentes. Ainda nesta matéria, os instrumentos financeiros de apoio à floresta disponíveis no PRODER devem ser utilizados eficazmente. O financiamento à floresta deve atender as externalidades positivas para outros sectores e a produção de bens ambientais (água, qualidade do ar, paisagem).

UM PARTIDO CREDÍVEL

O objectivo principal do Partido Socialista é continuar a merecer a confiança do Algarve. Queremos dar um contributo decisivo para um bom resultado do PS nas próximas eleições legislativas e europeias. E queremos ter mais mandatos autárquicos e, concretamente, mais presidências de câmaras. Com ambição e determinação.

Para isso é necessário continuar o trabalho para sermos cada vez mais um partido aberto, dinâmico, capaz de ouvir, sentir e projectar o pulsar da sociedade. Ser um partido de projecto, de compromisso e de acção. É isso que nos traz credibilidade.

● Em diálogo aberto com a sociedade

O Partido Socialista assumiu um conjunto de compromissos com os algarvios durante os últimos actos eleitorais. É importante que se possa ir aferindo permanentemente se a acção do Governo e do Partido corresponde às expectativas dos eleitores e daqueles que contribuíram para o Programa do PS.

Por outro lado, é importante que o PS seja capaz de encontrar formas de acolher e dar expressão a muitas das aspirações dos movimentos sociais, ligados a causas ambientais, culturais, solidárias e cívicas, bem como dar respostas às propostas de sindicatos e associações empresariais.

Para isso, o PS Algarve tem vindo a ouvir e a dar nota das preocupações da região junto do Governo, através de um programa que designou **Estado da Região**. Já se realizaram acções sobre economia e o estado social da região. Estão programadas mais duas, no âmbito das questões do território e das questões culturais. De todas elas resultam propostas concretas.

É nossa intenção consolidar o trabalho com o **Conselho Consultivo**, que reúne um conjunto de individualidades da região, na sua maioria independentes, que de forma solidária, generosa e sincera aderiram por acreditar que esta é uma forma correcta dos partidos se relacionarem com a sociedade civil e dos cidadãos poderem dizer o que sentem aos partidos.

O desafio é trabalhar de forma estruturada para preparar um projecto, uma estratégia de intervenção e de mobilização regional com vista à regionalização. Temos um calendário, queremos trocar experiências com outras regiões, queremos estar preparados, com uma visão para o futuro. Estaremos, agora, em condições de organizar o **FÓRUM INTERREGIONAL** sobre regionalização.

● **Apostando em novos desafios a nível interno**

Em termos internos, a nossa aposta é numa maior participação das mulheres e dos jovens na vida do partido. Temos de desafiar todas as ideias preconcebidas sobre a capacidade e disponibilidade para a participação das mulheres na política. E ter consciência de que muito da política se aprende fazendo, no caso dos jovens.

Assumimos em todos os órgãos de âmbito regional **uma verdadeira igualdade de oportunidades entre géneros**, não por uma questão de quota, mas por isso reflectir os equilíbrios da sociedade portuguesa. Vamos prosseguir a nossa colaboração com o Departamento das Mulheres Socialistas, envolvendo e apoiando a sua estrutura nas acções a desenvolver.

Assumimos, também, a necessidade de **rejuvenescer o Partido**, integrando os jovens nas nossas acções políticas, dando-lhes mais oportunidades de participar em órgãos de decisão local e regional e preparando politicamente as gerações do presente e do futuro. Vamos manter uma coordenação com a Juventude Socialista, com um programa de trabalho que envolva os jovens e apoie a intervenção da JS perto do associativismo juvenil e estudantil.

Queremos manter ao mais alto nível a formação de jovens quadros, através da **Universidade Meridional**, que é indiscutivelmente o projecto mais interessante do PS Algarve. Esta universidade faz formação em políticas públicas e administração e gestão. É, certamente, um dos maiores contributos para a integração de jovens na vida do PS Algarve.

Por outro lado, é necessária **uma participação efectiva de cidadãos estrangeiros na vida do PS**.

O Partido Socialista está atento à realidade regional e reconhece a importância das comunidades estrangeiras na região e o papel que podem desempenhar na abertura do Partido a novas culturas e a diferentes vivências.

O esforço feito para promover a adesão de residentes estrangeiros ao Partido, nomeadamente de cidadãos da União Europeia, ficou muito aquém do que seria desejável. É necessário fazer muito mais.

Por isso, vamos instituir reuniões periódicas com as comunidades estrangeiras e organizações de emigrantes na região e apelar à sua participação nas acções do PS Algarve. Uma das acções do "Estado da Região" será reservada ao tema "multiculturalidade e integração".

● **Sempre exigentes na organização do Partido**

Neste ciclo eleitoral devem melhorar os níveis de articulação no trabalho desenvolvido pela Federação, pelos Deputados, pelas Concelhias e Secções e pelos Autarcas do PS eleitos nas Assembleias de Freguesia, nas Juntas de Freguesia, nas Assembleias Municipais, nos Executivos Municipais e na AMAL. Para isso, avançaremos com uma acção devidamente programada.

Os Deputados deverão continuar o seu trabalho junto da população, privilegiando a proximidade com as pessoas e as instituições e defendendo as posições da região junto do Governo e na Assembleia da República. São, pois, um elemento essencial de articulação entre a política nacional, regional e local.

Pretendemos manter o **Fórum Autárquico Regional**, para discussão dos grandes temas regionais, mas também para troca de experiências e dar a conhecer projectos inovadores no domínio autárquico. O Fórum Autárquico 2008 marcará a nossa estratégia autárquica regional, na qual iremos definir princípios orientadores para as candidaturas do PS na região.

Mantemos a nossa firme convicção de desenvolver esforços para encontrar pontos de convergência com todas as outras forças políticas e sociais da região sobre as questões essenciais que importam ao Algarve. Queremos continuar a ser um Partido inequivocamente ao serviço da região.

● **Alargando a cooperação internacional**

O PS Algarve tem adoptado um espírito de cooperação e troca de experiências com outras estruturas partidárias de índole regional, numa estratégia de afirmação da região a nível internacional.

O PS Algarve tem hoje uma relação de confiança com o **PSOE de Andaluzia**, havendo a participação mútua em acções políticas de ambos os Partidos, particularmente nos respectivos Congressos, em que tem havido uma representação ao mais alto nível. É preciso, agora, aprofundar a experiência anterior, formalizar um plano de acção conjunta ao nível das questões já identificadas (agenda local XXI, energia, fogos florestais, logística e transportes) e criar grupos de trabalho sectoriais para trocas de experiências.

O PS Algarve mantém também ligações com o **Partido dos Trabalhadores de Marrocos**. É preciso fortalecer essas ligações, nomeadamente com a sua organização regional de Tanger/Tétouan.

